

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.799, DE 2004

Acrescenta inciso ao art. 1º da Lei n.º 10.179, de 6 de fevereiro de 2001.

AUTOR: Deputado CELSO RUSSOMANNO
RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA

I – RELATÓRIO

A proposição supramencionada de autoria do Deputado Celso Russomano acresce inciso ao art. 1º, da Lei 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre os títulos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional, consolidando a legislação em vigor sobre a matéria.

O despacho inicial encaminhou a proposição à Comissão de Finanças e Tributação (mérito e art. 54, RICD) e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Artigo 54 do RICD) - art. 24, II.

O projeto tem como objetivo possibilitar o resgate pela União, mediante permuta, dos títulos da dívida pública a que se refere o Decreto-Lei n.º 263/67, alterado pelo Decreto-Lei n.º 396/68, ainda não liquidados, em respeito aos princípios de equivalência, de boa-fé, da moralidade administrativa, do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e da vedação do enriquecimento sem causa, haja vista, o resgate parcial,

ocorrido nos anos de 1967 e 1968 procedido de forma inteiramente irregular, ferindo direitos adquiridos e atos jurídicos perfeitos, contrariamente a preceitos da Constituição Federal à época vigente.

O feito vem a esta Comissão para verificação prévia de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária e para apreciação do mérito, não tendo sido oferecidas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão, além do exame de mérito, apreciar preliminarmente a compatibilidade e adequação da proposta com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos dos arts.32, inciso IX, letra h, e 53 inciso II, do Regimento Interno e da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, aprovada em 29 de maio de 1996, que determina critérios para tal exame.

Preliminarmente sob o aspecto da compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária do projeto, a proposição não atende os requisitos dos artigos 16, e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei n.º 101/2000), ou seja, não há a estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor, o que poderá ensejar em grande ônus para a União. Outro aspecto relevante é que a proposição retira do Poder Executivo a iniciativa de apresentação de proposição para apreciação da temática.

Desta feita, nos pronunciamos pela inadequação orçamentária e financeira da proposição.

Quanto ao mérito deixamos de nos manifestar, haja vista, o entendimento pela inadequação financeira e orçamentária do projeto.

Diante do exposto, votamos pela inadequação orçamentária e financeira da matéria do PL n.º 3.799, de 2004.

Sala das Comissões, em

EDUARDO CUNHA
Deputado Federal